

PORTUGUES

# Carta aos governos da América Latina: Chega de negociações comerciais digitais!

## Dezembro 2023

Estamos enfrentando um momento histórico marcado pela tecnologia. Estamos em tempos tempestuosos em que vimos como a digitalização acelerou nossa integração, nossas comunicações, proporcionou oportunidades regionais e promoveu capacidades nos diversos setores de nossas economias. Mas ela também trouxe consequências negativas: notícias falsas, evasão fiscal, monopolização de mercados e privatização indireta de serviços públicos são apenas algumas das muitas consequências negativas que vimos nos últimos anos. A América Latina está em uma encruzilhada nas questões digitais: como nós, como região, aprimoramos os aspectos positivos e mitigamos os impactos negativos das tecnologias modernas, cujo futuro é incerto e difícil de imaginar?

Enquanto isso, o debate sobre a regulamentação da inteligência artificial e a proteção de dados pessoais está crescendo em todo o mundo. Esses são debates urgentes e necessários em uma região que ainda se encontra de forma heterogênea e díspar nos estágios iniciais desses debates: alguns países da região nem sequer têm proteções mínimas de privacidade para cidadãos e consumidores, enquanto outros, por serem grandes produtores de tecnologia, estão avançando em estruturas éticas não vinculantes, dando passos na direção certa, mas ainda insuficientes.

No meio disso, as negociações de livre comércio sobre questões digitais estão avançando nas costas das pessoas e em detrimento da soberania para regular os mercados digitais local e regionalmente. Há negociações na Organização Mundial do Comércio e em outros acordos bilaterais e sub-regionais que tentam impor limitações à auditoria de algoritmos, ao tratamento soberano de dados, à cobrança de taxas alfandegárias sobre mercadorias comercializadas

digitalmente e ao controle de empresas que operam em mercados digitais, entre outras questões.

A esse respeito, foi relatado **recentemente que o governo dos EUA retirou uma proposta preliminar de longa data para negociar um acordo plurilateral de comércio eletrônico na OMC.**

Muitos de nossos governos se opuseram a um mandato de negociação multilateral em 2017 na Reunião Ministerial de Buenos Aires. Agora parece que eles foram prescientes ao fazer isso. Alguns de nossos governos (como Bolívia, Cuba, Equador, Venezuela e os membros do Caricom) ficaram de fora dessa negociação (conhecida como JSI em seu jargão). Essa ação dos Estados Unidos prova que eles estavam certos. Aqueles que ficaram de fora devem reforçar sua decisão de ficar de fora. Os que aderiram (Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru e Uruguai) devem reconsiderar, pois o principal proponente já percebeu que essas disposições fecham o espaço político para regulamentações essenciais. Da mesma forma, os latino-americanos devem rejeitar essas disposições em quaisquer acordos bilaterais ou regionais, como o UE-Mercosul ou UE-Chile, a Parceria Transpacífico, o acordo Austrália-Peru e o acordo de comércio eletrônico do Mercosul, entre muitos outros. Alguns já estão em vigor, outros ainda estão em negociação.

Os tempos mudaram; os perigos são mais evidentes; os governos devem reagir de acordo com as novas informações.

Está claro que a região enfrenta grandes desafios em questões digitais: queremos uma região capaz de criar diversas tecnologias projetadas para e pelos latino-americanos. Mas não é só isso: os problemas que nos afligem não são apenas o colonialismo digital entendido em termos de importação de tecnologias estrangeiras para a região. De fato, a regulamentação da inteligência artificial está sendo debatida em todo o mundo, concentrando-se na diferença entre acesso, transferência, auditoria e abertura de códigos-fonte como prioridade regulatória, dependendo do caso, em busca da defesa de tecnologias soberanas, direitos fundamentais e princípios de não discriminação, enquadrando a discussão nas estruturas éticas necessárias para uma tecnologia que tem a capacidade de transformar a sociedade. Esses dois objetivos não serão possíveis se os acordos de livre comércio e a negociação da JSI sobre comércio eletrônico na OMC continuarem a se expandir.

Por outro lado, a exclusão digital em termos de conectividade, alfabetização e acesso a dispositivos continua sendo um problema que precisa ser resolvido por meio de políticas públicas e incentivos ao investimento. Nesse sentido, são necessários recursos estatais para investir em infraestrutura e conectividade que transcendam nossas fronteiras e permitam maior

### 3

integração regional. Por esse motivo, pedimos aos governos que não renovem a moratória sobre as transmissões eletrônicas que deve expirar em março do próximo ano por ordem da OMC, mas que continuem a fazê-lo.

A agenda do livre comércio digital deve ser interrompida até que amadureçamos o debate regional sobre a regulamentação de nossos mercados digitais e nosso desenvolvimento tecnológico de sistemas baseados em inteligência artificial, materializando-se em regulamentações que aumentem os efeitos positivos da digitalidade e mitiguem os impactos que afetaram negativamente nossos povos.

Agora é a hora de fazer isso. Outros países já perceberam o efeito prejudicial dessas negociações. Queremos um futuro que seja centrado no ser humano, inclusivo, soberano e sustentável. A agenda de livre comércio digital não parece ser o caminho certo a seguir.

---

## GRUPOS FIRMANTES

### Regional:

1. Public Service International- Américas
2. Red Feminista de Investigación en Integligencia Artificial, nodo de América Latina y el Caribe
3. @segudigital
4. IPANDETEC
5. Red de Pensamiento Latinoamericano en Ciencia, Tecnología y Sociedad (Red PLACTS)
6. Derechos Digitales
7. Observatorio de Plataformas Digitales
8. DataGénero - Observatorio de Datos con Perspectiva de Género
9. Humai
10. Cooperativa Tierra Común
11. Confederación Latinoamericana y del Caribe de Trabajadores Estatales (CLATE)
12. Instituto Eqüit - Género, Economía e Ciudadanía Global
13. Red de Género y Comercio
14. América Latina y el Caribe Mejor Sin TLC
15. Confederación Sindical de trabajadores y trabajadoras de las Américas (CSA)
16. Marcha Mundial de las mujeres Región Américas
17. Amigos de la Tierra América Latina y el Caribe (ATALC)

### Local

18. ATTAC Argentina - Argentina
19. Asamblea Argentina mejor sin TLC - Argentina
20. gcoop - Cooperativa de Software Libre - Argentina
21. DHyTecno - Argentina
22. OISIA UNTREF - Argentina
23. Centro de Estudios Humanistas de Córdoba - Argentina
24. UNICEN - Argentina
25. Instituto del Mundo del Trabajo - Argentina
26. Fundación multipolar - Argentina
27. Fundación Vía Libre - Argentina
28. Coordinadora Argentina de la ISP - Argentina
29. Fundación InternetBolivia.org - Bolivia
30. Núcleo de Tecnologia do MTST - Brasil
31. REBRIP - Rede Brasileira pela Integração dos Povos - Brasil

32. SINDSEP - Brasil
33. Rede Transfeminista de Cuidados Digitais - Brasil
34. Data Privacy Brasil - Brasil
35. Escuela de Técnica y Cultura Hacker <hacktivista.org> - Chile
36. Datos Protegidos - Chile
37. Fundación Constituyente XXI - Chile
38. Fundación Datos Protegidos - Chile
39. Fundación Karisma - Colombia
40. ISUR - Centro de Internet y Sociedad de la Universidad del Rosario - Colombia
41. Fundación Visonte - Colombia
42. Emisora VCA - Colombia
43. ISP-Costa Rica - Costa Rica
44. Comisión Nacional de Enlace - Costa Rica
45. Sindicato de Trabajadoras y Trabajadores de la Universidad Nacional - Costa Rica
46. Conexión Educativa - Ecuador
47. FEDAEPS - Ecuador
48. Centro de Documentación en Derechos Humanos "Segundo Montes Mozo S.J." (CSMM) - Ecuador
49. CESTA Amigos de la Tierra - El Salvador
50. Sursiendo, Comunicación y Cultura Digital - México
51. Red Mexicana de Acción frente al Libre Comercio (RMALC) - México
52. Iniciativas para el Desarrollo de la Mujer Oaxaqueña (IDEMO) - México
53. Casa Tecmilco - México
54. Bia`lii, Asesoría e Investigación, A.C. - México
55. Centro de Promoción y Educación Profesional "Vasco de Quiroga" - México
56. FENASEP - Panamá
57. Facultad de Economía de la Universidad de Panamá - Panamá
58. Grupo por una Agricultura Alternativa y Soberanía Alimentaria (GASA) - Panamá
59. TEDIC - Paraguay
60. Ser Valiente en Red - Perú
61. Hiperderecho - Perú
62. Federación Nacional de Trabajadores del Agua Potable y Alcantarillado - FENTAP - Perú
63. Central Unitaria de Trabajadores del Perú (CUT PERÚ) - Perú
64. Fundación Étnica Integral - República Dominicana

Global:

65. London School of Economics and Political Science

66. Transnational Institute

67. Agencia Internacional de Noticias Pressenza

68. Grupo ETC

69. Red de Intelectuales y Artistas en Defensa de la Humanidad-EC